

NÍVEIS E ESTRUTURAS DE EMPREGO NO BRASIL: ALGUMAS PISTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS

Divonzir Arthur Gusso*

1 ESCOPOS

As mudanças em curso nos níveis e nas estruturas do emprego no Brasil e suas implicações sobre as disponibilidades de força de trabalho com as competências requeridas têm chamado a atenção de diferentes pesquisadores e, em especial, de atores de políticas públicas.

Os meios de comunicação, por seu turno, com ampliada frequência, têm dedicado mais tempo e espaço às informações e análises a esse respeito, e, sem surpresas, criaram alguns bordões: “apagão de mão de obra”, “escassez de profissionais qualificados”, “obstáculo à inovação e competitividade” etc. No mais das vezes, noticia-se que faltam engenheiros nos segmentos mais críticos de infraestrutura e energia; que esta ou aquela especialização se torna mais raramente encontrável; ou, ainda, que determinados setores vêm sofrendo limitações à sua expansão pela falta ou pelo encarecimento da força de trabalho. Isto ocorre tanto nas aglomerações metropolitanas quanto nos rincões onde se implantam estradas, usinas e grandes empreendimentos.

Em contrapartida, gera-se um grau mais agudo de preocupação, tanto na esfera pública como nas áreas privadas, em conceber e lançar iniciativas, programas governamentais e medidas sociais variadas para oferecer soluções rápidas e pragmáticas a esses “gargalos” do desenvolvimento.

Contudo, os problemas surgidos não são muito recentes e não comportam tratamentos simplistas; além disto, em geral, envolvem diferentes fatores de natureza econômica, social, cultural e, claro, tecnológica. São, em verdade, multidimensionais e demandam, diferentemente do passado recente, políticas realmente inovadoras e, por vezes, de lento amadurecimento.

Esse esforço exige, de maneira organizada, informações analíticas mais amplas e pertinentes para os atores de políticas públicas compreenderem melhor as peculiaridades e diversificadas tendências contidas naquelas estruturas de emprego ora em mudança. Por isto a necessidade de se construir uma rede de estudos e pesquisas sobre as perspectivas do emprego no Brasil e os desafios que o país deve enfrentar, agora e no futuro próximo, para proporcionar aos trabalhadores as competências requeridas para atendê-las. Com uma agenda orientada para estes problemas de política pública, várias instituições de estudos e pesquisas poderiam melhor articular e integrar seus conhecimentos, experiências e recursos e atender mais efetivamente os cenários dos mercados de trabalho e dos sistemas de formação da força de trabalho e as questões que eles suscitam.

Para aproximar-se deste escopo, estas notas procuram levantar algumas pistas de demandas por estudos, sugeridas por um conjunto significativo da literatura recente sobre o tema. Na primeira parte serão destacados alguns traços da evolução do emprego em períodos recentes que sugerem indagações e projeções; e com base nisso, a segunda parte procura sugerir áreas-problema ou temáticas para compor uma possível agenda de pesquisas em rede.

2 MUDANÇAS RECENTES NOS NÍVEIS E ESTRUTURAS DE EMPREGO

Problemas econômico-sociais não surgem sozinhos. Os que são enfrentados atualmente, na maioria dos casos, são desdobramentos de situações críticas e de pendências irresolvidas do passado – por vezes, de muito tempo atrás. É o caso das conjunturas econômicas gerais e de emprego dos anos 1990, que se projetam nos questionamentos atuais sobre os níveis de emprego (e de geração de renda) e sobre a qualidade da força de trabalho como desafios para incrementar

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea.

rapidamente a competitividade da economia brasileira, recuperar o vigor e a dinâmica de suas cadeias produtivas – em especial de seus elos industriais – e obter uma inserção de qualidade em uma economia global mutante.

O estado atual dessas questões começa a se configurar em decorrência do desempenho do país no período recessivo do início dos anos 1990 e na prolongada trajetória de crises externas recorrentes e do lento crescimento em sua segunda metade.

Evidentemente, a geração de empregos já não fora bem-sucedida no decênio anterior. Neste ciclo, malgrado as dificuldades gerais, a intensidade de capital aumenta significativamente em vários ramos industriais e de infraestrutura, como também, em especial, na agricultura. Mantidos os padrões de remuneração do trabalho e de distribuição de patrimônios/ativos e de renda, serão associados três eventos limitantes: *i*) uma nova e impactante onda de migrações para as cidades (em especial para as metrópoles e cidades de médio porte); *ii*) uma ainda menor incorporação deste contingente pelas atividades produtivas e de serviços de maior densidade de capital; e *iii*) a expansão acelerada de segmentos “periféricos” nos ramos de comércio e serviços.

A trajetória errática da economia ao longo desta última década será, pois, marcada por uma notável redução da capacidade de criação de emprego nos segmentos mais produtivos e rentáveis. Já na última quadra do decênio, os níveis gerais de emprego chegam a seus níveis mais baixos. Justamente quando, no resto do mundo, já se desdobram os processos de reestruturação produtiva em que se projeta a nova onda de grandes inovações puxadas pela eletrônica, pelos novos materiais, pela biotecnologia etc. Apesar de tardiamente, este contexto serviu de baliza para a liberalização comercial dos anos 1990 e os correlatos movimentos de reestruturação do aparato produtivo, que também se aceleram a partir de 1994.

Essa década é inaugurada por um turbulento período de recessão e elevadas pressões inflacionárias, em meio ao qual se empreende uma primeira fase daquela liberalização e de reformas estruturais que culminam no Plano Real. Com sua repercussão, desencadeia-se um peculiar processo de reestruturação produtiva, que incidirá, em especial, sobre o setor industrial e será designado por boa parte dos analistas como parte de estratégias defensivas de ajuste às restrições impostas pelo ambiente macroeconômico e político de então.¹

É preciso destacar que o modo como, no Brasil, as estruturas de emprego reagem aos choques provocados pela liberalização comercial – quando em simultâneo com suas peculiares conjunturas de crise e recessão – termina sendo distinto daquele modelado nas abordagens adotadas em países desenvolvidos. Uma consequência da liberalização, nesta abordagem, consistiria em incentivar as empresas a investir (e incrementar seus esforços de P&D e inovação) para ganhar maior poder de competição. O repertório de políticas de progresso técnico existente acarretaria investimentos em equipamentos “de ponta”, mudanças organizacionais e gerenciais orientadas para a qualidade dos produtos e a flexibilidade e agilidade em face das mudanças no mercado. Estes fatores exigiriam, portanto, novos padrões de organização da produção – e, pois, de suprimentos de recursos humanos dotados de competências compatíveis com as mudanças. Em princípio, pelo menos, estes padrões implicariam maior “polarização” de competências nas estruturas ocupacionais, com nítida elevação dos níveis médios de escolaridade e capacitação técnico profissional dos seus quadros (Autor, Katz e Kearney, 2006).

Talvez se possa considerar a hipótese de que este modelo de conduta das estruturas de emprego não encontrou todas as condições necessárias para instaurar-se. O momento da reestruturação produtiva, aqui, não teria possibilitado um movimento de investimentos com viés inovador tão amplo e, com isto, não pôde completar a contento as mudanças organizacionais e tecnológicas que levariam àqueles novos padrões de organização do trabalho e das ocupações. No entanto, uma aparência de polarização teria surgido, na medida em que a reestruturação ocorreu em simultâneo com um aumento da oferta de trabalhadores com escolaridade mais alta e a substituição daqueles com escolaridade inferior sem mudanças efetivas na estrutura de postos de trabalho. Com isto, a polarização vai tomar novo sentido em tempos mais recentes (Flori, 2007).

1. Uma boa consolidação e síntese de várias análises é feita em Castro (2001).

Com efeito, defrontadas com os riscos do acirramento da concorrência suscitado pela abertura comercial e com políticas macroeconômicas de um novo teor, muitas empresas procuraram adotar novos métodos de gestão e de estratégias de negócio para assegurar suas margens de rentabilidade e suas posições de mercado. Contudo, não podiam permitir-se investimentos mais ousados em equipamentos ou produtos inovadores. Ao mesmo tempo, outras optaram por se desfazer de plantas ou mesmo colocarem-se à venda, abrindo campo para fusões e aquisições, em geral, com investidores externos. Disto resultou, no entanto, a desarticulação de elos vitais de algumas importantes cadeias produtivas instaladas no passado.

Essa movimentação foi narrada da seguinte maneira por Dedecca:

O movimento desproporcional entre a FBCF, a produção física e a produtividade física-hora reforça a posição sobre uma modernização não associada à incorporação extensa de novos equipamentos. (...) A modernização tecnológica foi viável nos casos em que não gerava nem grandes investimentos e nem um grau de endividamento ponderável. (...) Por outro lado, o aumento da produtividade com modernização limitada ampliou o consumo industrial importado, fato evidenciado pelo comportamento medíocre do segmento de bens intermediários (2002, p. 70).

Apoiado em dados de estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), no final dos anos 1990, Dedecca afirma ainda que:

a modernização foi orientada, principalmente, para a melhora das condições de utilização da capacidade produtiva existente, fazendo das inovações organizacionais seu campo privilegiado. Estas viabilizaram uma eficiência da produção sem exigência maior por uma modernização tecnológica, permitindo o casamento de gerações bastante díspares de equipamentos (Lorino, 1992 e Dedecca, 1999a) e sem exigir a mobilização de fundos substantivos que pudessem ampliar o risco financeiro da empresa. A modernização fundada em inovações organizacionais permitiu a redução da pressão por inovações tecnológicas mais substantivas. A modernização parece ter resultado, principalmente, em produção com menores custos (*ibid.*, *loc. cit.*).

Evidências mostram que, principalmente após o Plano Real, teria havido uma persistente elevação da produtividade física, com emprego mais intensivo da capacidade produtiva instalada ou com expansões marginais desta última (Kupfer e Freitas, 2004). E isso se traduzirá, de uma parte, em uma destruição² paulatina de postos de trabalho nos segmentos de maior porte do sistema produtivo, particularmente nos setores industriais de maior envergadura e nas áreas de infraestruturas modernizadas após as privatizações. E, de outra parte, também na substituição destes padrões de emprego por novas configurações, tanto em volume, como, em especial, nos perfis ocupacionais e nos modelos de organização e hierarquização da produção e do trabalho.

Também observando as relações entre produtividade, preços relativos e emprego/renda, outro importante estudo constata resultantes desta movimentação: “A redução do emprego industrial, por outro lado, é o resultado do processo de abertura comercial e aumento de concorrência desencadeada por esta mudança estrutural” (Camargo, Neri e Reis, 1999, p. 5). A maior abertura econômica tornou fundamental, para a própria sobrevivência do setor industrial brasileiro, a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, cujo principal objetivo foi o aumento da produtividade da indústria. O resultado foi uma redução sistemática do emprego industrial no país. Conforme será apresentado na próxima subseção, este fato é confirmado pela evolução do emprego industrial após a estabilização, quando a economia passa a crescer de forma relativamente rápida.

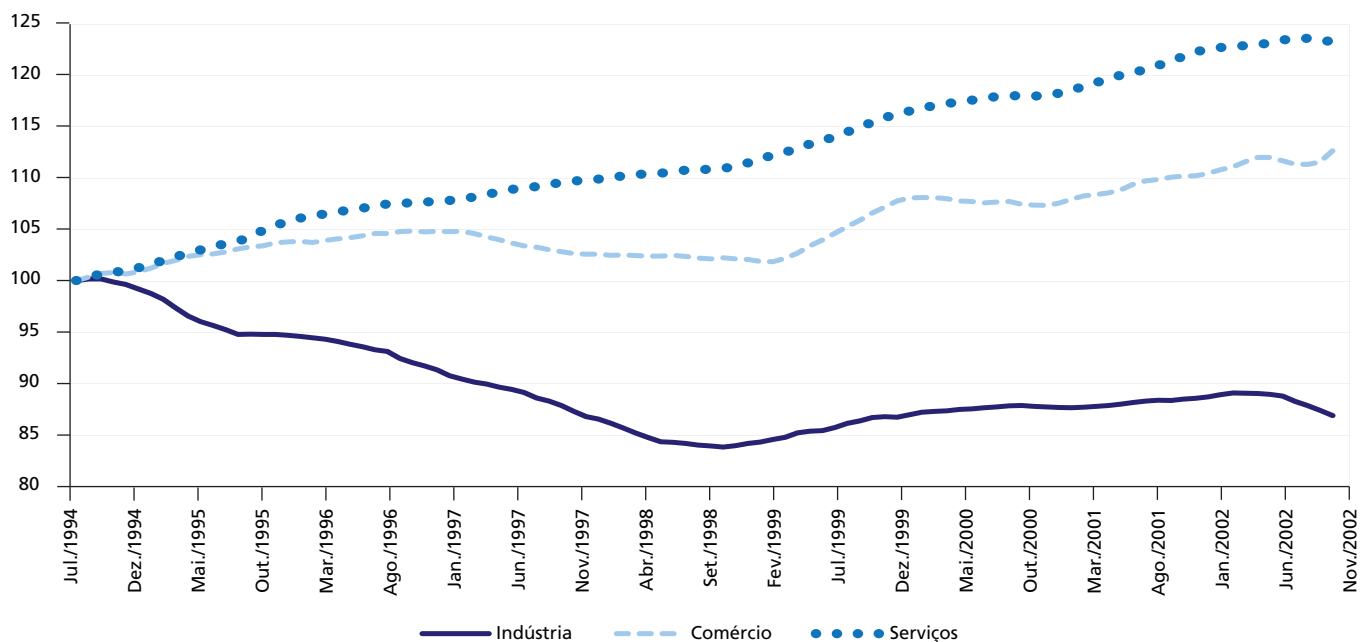
O estudo citado observa, ainda, outra evidência: “A retração no emprego industrial foi parcialmente compensada, no início da década, pela expansão do emprego em comércio e serviços.” (*ibid.*, *loc. cit.*).

Ao final do período (1994-1997), porém, esta compensação se dilui com o emprego industrial continuando a declinar, elevando as taxas de desemprego. Acompanhado, agora, de perdas evidentes nos níveis de remuneração do trabalho, como se pode depreender do gráfico 1.

2. No sentido dado a esse termo por Haltiwanger (Corseuil, 2002, p. 4).

GRÁFICO 1

Emprego metropolitano, por setor de atividade – Brasil: regiões metropolitanas (jul. 1994 a jul. 2002)
(Julho de 1994=100)



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Obs.: Média móvel de doze meses, jul./1994 = 100.

As tendências aí inscritas manter-se-ão até o final do decênio, inclusive pelas restrições impostas pelas crises externas e pelas políticas cambiais e monetárias adotadas no período. De tal modo que, apenas a partir de 1999 começarão a surgir sinais de que esta etapa se esgotara e de que os estímulos positivos da consolidação das reformas estruturais estavam começando a dar frutos.

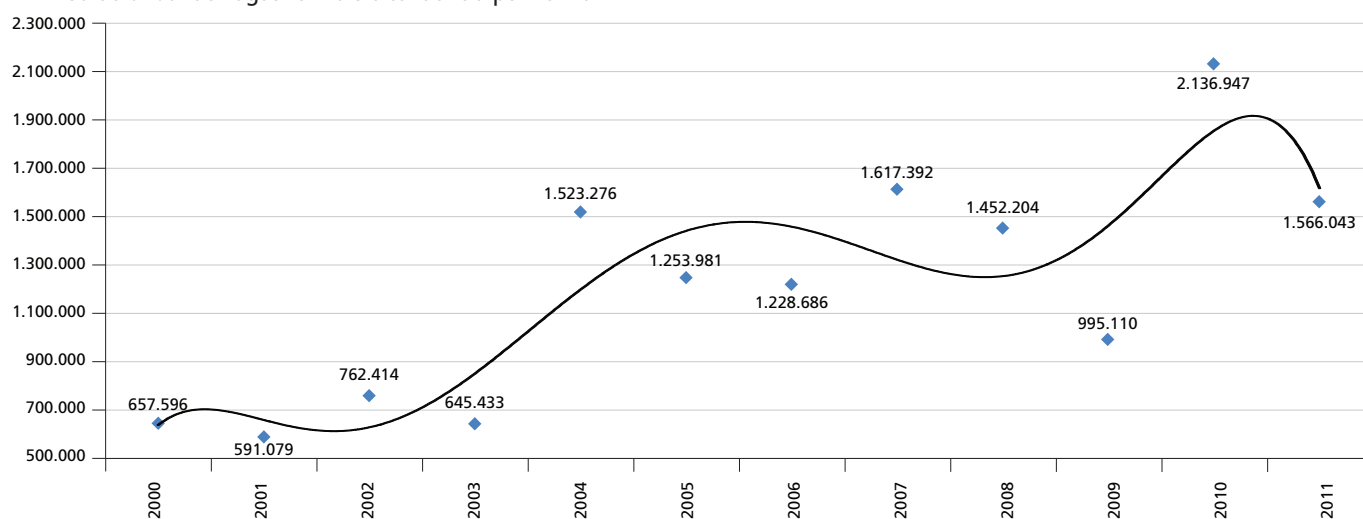
É o que constatarão vários estudos posteriores – como aqueles relativos a emprego e renda e qualificação de trabalhadores, que fizeram parte do Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil. Algumas mudanças prosperaram, no entanto, mostraram-se irreversíveis alguns efeitos negativos de destruição de empregos industriais, realocação para o terciário e persistência, ainda hoje, de certo volume de empregos precários. De uma parte, torna-se possível observar de modo mais nítido que, na verdade, estes movimentos pretéritos haviam acentuado a heterogeneidade das estruturas de emprego no país. Não se tratava apenas de diferenças acessórias entre empregos formais e informais, mas de categorias diferenciadas em aspectos mais essenciais, como a própria natureza e configuração socioeconômica das atividades aí incluídas (Ramos, 2007). Ademais, constatou-se diferenciações igualmente importantes dentro dos marcos dos empregos formais, que podiam ser abordadas tanto pela ótica da “segmentação” como por meio de abordagens da criação, destruição e realocação do emprego. Assim, distinguia-se “recortes” setoriais, de porte etc; que implicam variações de comportamento dos níveis de emprego em face de cada conjuntura econômica (Corseuil *et al.*, 2002; Ulyseia, 2007; Evarini, Souza e Maia, 2010).

Ademais, justamente essas diferenciações levam a procurar identificar diferentes “lógicas” de movimentação dos empregos – para além das taxonomias de caráter mais agregado (emprego no setor, ou gênero etc.) –, olhando também para o “interior” das empresas e firmas e observando justamente suas formas de organização da produção e de alocação da força de trabalho nos sistemas de produção (Machado, Oliveira e Carvalho, 2003; Machado, 2010).

Com isso, vê-se que o crescimento continuado, lastreado em investimentos e cenário externo favorável, que haviam sido sinalizadas por Baltar, por cerca de sete anos, contribuiu decisivamente para fazer avançar e consolidar algumas mudanças importantes no emprego. Desde logo, é evidente que a criação líquida de empregos, no geral, foi notável.

GRÁFICO 2

Saldo anual de vagas formais e tendência polinomial



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Outros indicadores mostram sinteticamente outras dimensões desse ciclo, em recente estudo do Ipea (2012). Até 2009, mesmo com aumento da taxa de participação, houve um importante ganho na taxa de ocupação, notadamente entre as mulheres e no estrato de pessoas mais ativas (tabela 1). E, com destaque, com um generalizado incremento nos rendimentos médios da força de trabalho – que veio acompanhado de promissora redução nas suas disparidades.

TABELA 1

Indicadores básicos de emprego – Brasil

Descritores	Taxa de participação (Em %)			Taxa de ocupação (Em %)			Rendimento médio					
							(Em R\$ 1,00 reais de set. 2011)			(Total = 100)		
	2001	2009	2011	2001	2009	2011	2001	2009	2011	2001	2009	2011
Total	57,9	59,5	57,5	52,0	54,1	53,3	1.081,9	1.193,2	1.306,7	100	110	121
* Homens	71,1	69,9	68,3	65,4	65,2	64,7	1.228,3	1.355,4	1.463,2	114	125	135
* Mulheres	45,6	49,7	49,7	39,6	43,7	42,9	852,1	966,5	1.086,2	79	89	100
>Jovens	60,1	61,0	57,5	48,7	49,5	48,1	521,3	613,5	696,2	48	57	64
>Adultos	77,9	81,6	79,9	72,0	75,8	75,4	1.197,6	1.244,5	1.351,4	111	115	125
>Idosos	41,8	42,8	41,3	39,9	41,2	40,2	1.327,9	1.515,0	1.641,9	123	140	152

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE *apud* Ipea (2012).

Três situações, no entanto, devem ser salientadas. Elas estão inseridas em vários pontos da trajetória do emprego por setores, conforme apresentado na tabela 2.

TABELA 2

Evolução da estrutura de distribuição setorial da força de trabalho – Brasil (1992-2008)

Setores de atividade	Empregos (em milhares de pessoas)							Taxa anual de crescimento (%)				
								1992-	1998-	2002-	2005-	2002-
	1992	1995	1998	2002	2005	2008	2011	1998	2002	2005	2008	2011
Total	65.395,5	69.628,6	69.963,1	78.958,9	87.189,4	92.394,6	93.493,1	1,1	3,1	3,4	2,0	1,9
Agropecuária	18.499,7	18.154,2	16.338,1	16.276,5	17.831,6	16.100,2	14.682,1	-2,0	-0,1	3,1	-3,2	-1,1
Indústria de transformação	8.377,0	8.548,4	8.230,6	10.678,1	12.336,4	13.265,6	11.786,9	-0,3	6,7	4,9	-0,8	1,1
Outras indústrias	910,0	862,8	861,6	568,1	676,9	729,7	722,3	32,7	3,1	6,0	1,1	2,7
Construção civil	4.022,7	4.229,2	4.980,0	5.616,1	5.642,4	6.904,7	7.814,4	-22,6	-9,9	0,2	5,6	3,7

(Continua)

(Continuação)

Setores de atividade	Empregos (em milhares de pessoas)							Taxa anual de crescimento (%)				
	1992	1995	1998	2002	2005	2008	2011	1992-1998	1998-2002	2002-2005	2005-2008	2002-2011
Comércio	7.937,1	9.116,6	9.417,0	13.553,1	15.503,0	16.092,6	16.660,0	2,9	9,5	4,6	1,2	2,3
Serviços	14.910,8	16.920,4	17.409,3	17.641,4	19.304,1	21.636,3	22.880,2	2,6	0,3	3,0	2,9	2,9
Transportes e comunicações	2.284,5	2.542,8	2.786,6	3.692,2	3.966,8	4.596,0	5.109,1	3,4	7,3	2,4	4,3	3,7
Atividades sociais	5.461,4	6.044,0	6.727,3	7.062,6	7.660,7	8.538,9	8.627,0	3,5	1,2	2,7	2,0	2,2
Administração pública	2.992,2	3.210,2	3.212,7	3.870,7	4.267,4	4.530,5	5.081,1	1,2	4,8	3,3	3,0	3,1

Fonte: PNAD/IBGE apud Ipea (2012).

Com isso, a recuperação do emprego manufatureiro verificada no início do último decênio arrefece e encontra dificuldades para se manter.

Malgrado o considerável dinamismo do setor ao longo da década – traduzido especialmente em aumentos de produção física e de diversificação de produtos, ainda que com ganhos menos destacados de produtividade – os níveis de emprego na indústria de transformação não mais alcançaram os experimentados no passado. De uma parte, porque vários elos das cadeias produtivas foram perdidos com a expansão do *outsourcing* – e aumentos na importação de insumos – e com a “terceirização” de funções antes integradas às plantas manufatureiras. De outra, pela própria perda de competitividade em face da crescente entrada de produtos finais importados. E, ainda, por um fator crucial: o período de maior expansão vem acompanhado por vigorosa incorporação de novos equipamentos – também com boa proporção de importados – e inovações de processo poupadoras de mão de obra.

Cumprir registrar que, na crise de 2008, as empresas, em especial as de maior porte, procuraram manter seus quadros, evitando perder os mais qualificados, que o ciclo de crescimento tornara mais disputados. Isto, no entanto, indica alguma preocupação mais adiante; ganhos importantes de competitividade, essencialmente com incrementos de produtividade, implicarão porte e tipo de investimentos e ritmos de expansão muito alentados para trazer aumento nos níveis de emprego e, também, novos esforços de suprimento de competências e qualificações da mão de obra. Não se pode esquecer, todavia, que tanto a produtividade média não é elevada (pelos padrões mundiais do presente, mesmo nos estratos superiores da indústria), quanto a qualidade da mão de obra é restrita e concentrada nos estratos de maior porte e produtividade.

TABELA 3

Distribuição da população ocupada (PO) segundo a produtividade das firmas e o nível educacional – Brasil (2002 e 2009)

Situação em 2002							
Produtividade do trabalho (R\$)	Rendimento médio (R\$)	Participação do pessoal ocupado (% no total)	Escolaridade ¹				
			Total	Alta	Baixa	Empregados com carteira	
1ª	120.244	21.963	2,9	34,0	26,3	66,0	45,4
2ª	34.283	11.923	3,4	28,2	19,2	71,8	45,6
3ª	14.675	8.822	23,9	24,1	14,5	75,9	45,0
4ª	5.960	3.780	69,9	3,9	1,6	96,1	22,2
Total	12.317	5.784		10,4	6,0	89,6	29,1
Situação em 2009							
Produtividade do trabalho (R\$)	Rendimento médio (R\$)	Participação do pessoal ocupado (% no total)	Escolaridade ¹				
			Total	Alta	Baixa	Empregados com carteira	
1ª	133.653	25.096	3,0	38,2	44,2	61,8	44,2
2ª	33.684	14.278	3,8	31,6	47,0	68,4	47,0

(Continua)

(Continuação)

Situação em 2002							
Produtividade do trabalho (R\$)	Rendimento médio (R\$)	Participação do pessoal ocupado (% no total)	Escolaridade ¹				
			Alta		Baixa		
			Total	Empregados com carteira	Total	Empregados com carteira	
3ª	13.538	10.403	26,9	31,4	43,1	68,6	43,1
4ª	6.724	4.831	66,3	6,5	26,9	93,5	26,9
Total	13.418	7.299		15,1	32,5	84,9	32,5

Fonte: Sistema de Contas Nacionais e PNAD 2002 do IBGE *apud* Squeff e Nogueira (2012).

Nota: ¹ Alta: no mínimo ingresso no ensino superior; Baixa: menos que ensino médio completo.

Obs.: valores a preços constantes de 2000.

Acrescentando ao quadro anterior um ponto intermediário, evoluiu-se para a situação apresentada na tabela 4.

TABELA 4

Proporção do PO na indústria de transformação segundo níveis de produtividade – Brasil (2000, 2005 e 2009)

(Em %)

Quartil		2000	2005	2009
1ª	Alto	2,9	2,9	3,0
2ª	Médio-alto	3,4	3,6	3,8
3ª	Médio-baixo	23,9	24,0	26,9
4ª	Baixo	69,9	69,5	66,3

Fonte: Sistema de Contas Nacionais do IBGE *apud* Squeff e Nogueira (2012).

Em face disso, se não estiver amparada por um período duradouro e sustentado de maior crescimento, a criação de empregos nesse setor – mesmo que com mais elevada qualidade – poderia ser ainda menor que no passado recente. Ainda assim, demandaria um elevado esforço de suprimento de trabalhadores com as correspondentes competências e qualificações.

Em contrapartida, importantes mudanças vêm ocorrendo no chamado setor terciário. Tais mudanças não seguem, necessariamente, o padrão apontado por teorias de desenvolvimento que anunciam uma “economia do conhecimento” ou “economia de serviços” (Azevedo, 2009).

Correspondentemente ao que já se mencionou aqui, uma parte das funções ancilares das empresas agrícolas e industriais se autonomiza no que foi chamado de “terceirização”, vindo a se incorporar a empresas de serviços. Concomitantemente, a inserção de tecnologias de informação e comunicação nos processos produtivos e nas atividades de comércio, provisões infraestruturais e dos próprios serviços provoca o surgimento de novos “ramos” nesta área.

No mesmo diapasão, disseminam-se inovações nos sistemas de comercialização e de intermediação financeira e de negócios – destacadamente aqueles que têm a ver com a integração de mercados em um país continental e com a escala em que atuam os segmentos de exportação de *commodities* e que se vê alcançando o suprimento de importados. Isto muda o porte e a complexidade das empresas que ali atuam e, portanto, nos perfis de suprimento de recursos humanos que elas requerem.

Isso tende, portanto, a mudar as configurações do terciário tradicionalmente conhecido, em especial, quando se leva em conta que, ao mesmo tempo, as dimensões do mercado doméstico são alargadas por algumas dezenas de milhões de consumidores. Parte considerável do universo de pequenos e até de médios negócios – comerciais e de prestação de serviços a pessoas e coletividades – tende a ser absorvido por empreendimentos constituídos em escalas maiores, com organização mais sofisticada e espacialmente de maior cobertura. Este evento conduz ao surgimento de novos segmentos que demandam os trabalhadores antes alocados às unidades menores ou em atividades por conta própria. E não apenas na quantidade anterior, mas com perfis diferentes em termos de competências e qualificações.

Lembrando um modo de figurar as estruturas do terciário,³ pode-se dizer que estaria havendo uma tendência de deslocamento da força de trabalho dos quadrantes da direita para a esquerda, à medida que se fortalecem os mercados internos, se incorporam mais consumidores com renda média mais elevada e se disseminam estruturas mais complexas de comércio e de serviços a empresas.

QUADRO 1

Mapeamento de áreas do setor terciário por inserção no mercado e tipo de produto de uso final

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
	Setor público		
	Setor privado: empregador com mais de cinco empregados; empregados com carteira assinada em estabelecimentos com cinco ou mais empregados; empregados sem carteira assinada em estabelecimentos com cinco ou mais empregados.	Empregador com até cinco empregados; empregados com carteira assinada em estabelecimentos com até cinco empregados; empregados sem carteira assinada em estabelecimentos com até cinco empregados; conta própria que trabalha em local fixo (loja, oficina etc.) ou em veículo próprio.	Empregados domésticos; trabalhadores sem rendimentos; conta própria que trabalha em local fixo (loja, oficina etc.) ou em veículo próprio; conta própria – ambulante ou no próprio domicílio ou em local designado pelo contratante; empregadores e empregados com e sem carteira assinada (até cinco empregados).
			(+construção civil)
Serviços de uso coletivo (ou terciário comunidade – TC): serviços de utilidade pública, comunitários e sociais, médicos e odontológicos e de ensino; adicionam-se aqui os serviços referentes à administração pública e à defesa e segurança.			
Serviços às empresas (ou terciário empresas – TE): serviços de comércio de mercadorias, instituições de crédito, transporte, comunicações, comércio de imóveis e outros duráveis, de alojamento e alimentação, de reparação e conservação, serviços técnicos e profissionais e de reparação e conservação – sempre com foco na oferta de serviços ao produtor.			
Serviços pessoais (ou terciário pessoas – TP): serviços de comércio de mercadorias, transporte, comércio de imóveis e outros duráveis, de alojamento e alimentação, de reparação e conservação, serviços pessoais, domiciliares e de diversões – sempre com foco na oferta de serviços aos indivíduos.			

Além disso, esse deslocamento da força de trabalho traz também novos padrões de mobilidade setorial e ocupacional, que, certamente, devem estar por trás da chamada queda da “informalidade”. Vale dizer, provocando, na perspectiva da Haltiwanger, dimensões novas – mais intensas – aos movimentos de realocação de mão de obra nos fluxos de emprego.

Ademais, merece destaque a consolidação de uma tendência já vislumbrada no final dos anos 1990: a da acentuada elevação da escolaridade média da força de trabalho – pelo menos em termos formais. No presente, quase metade das pessoas ocupadas alcançou mais de onze anos de escolaridade (em 2001, esta proporção era de 30%), enquanto se reduziu para 15% a proporção dos que dispõem de apenas três, ou menos, anos de escolaridade. Nos anos 1990, o estrato mais educado mal ultrapassava os 14%.

A proporção de empregados com proteção social também se elevou, enquanto se afirma a tendência à redução dos empregados “sem carteira assinada” e de uma parcela dos trabalhadores por conta própria em condições precárias de produção e de proteção social. Esta circunstância indica haver melhoras nos padrões de mobilidade de formas precárias de trabalho para situações mais favoráveis de geração de renda e acesso à proteção social.

Essa característica é esmiuçada em estudo recente:

3. Carvalho (2004, p. 38-41) descreve essa matriz, adaptando contribuições de Claudio Dedecca e Anita Kon.

(...) resultados econométricos apontam que, após o controle pela heterogeneidade dos trabalhadores, os diferenciais de rendimento entre empregados formais e empregados informais e, sobretudo, entre empregados formais e trabalhadores por conta própria persistem. Enquanto a transição do trabalho por conta própria para o emprego formal e vice-versa representa um ganho ou perda de cerca de 12%, o diferencial em relação ao emprego informal é mais baixo (9% de acréscimo com a formalização e -6% com a perda da carteira assinada). As estimativas por grau de instrução mostram que os diferenciais de rendimentos são decrescentes com o nível de escolaridade indicando uma maior segmentação entre empregos formais e trabalho por conta própria para os trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos. Já para os empregados sem carteira de trabalho assinada os ganhos da formalização são crescentes com o grau de instrução. Estes resultados são diferentes dos encontrados na literatura nacional à medida que apontam uma segmentação entre empregos formais e trabalho por conta própria maior do que em relação ao emprego informal, principalmente, para os trabalhadores com escolaridade baixa. Os resultados sugerem, ao menos pelas evidências dos diferenciais de rendimentos, que os trabalhadores por conta própria com baixa escolaridade fazem parte da fila para o emprego formal (Silva e Pero, 2008, p. 16).

Contudo, o que mais se tem evidenciado é um “descolamento” entre os níveis de escolaridade formal, adquiridos pela força de trabalho, e os requerimentos “técnicos” de competências e qualificações característicos dos postos de trabalho. Desde alguns estudos pioneiros dos anos 1970 até os mais recentes sobre “polarização” – passando pelas pesquisas de Machado, Oliveira e Carvalho (2003) e de Saboia (2001) –, constata-se que, notadamente nos anos recentes, ocorreu maior incorporação de pessoas com ensino médio ou superior completo aos empregos em geral do que nos postos de trabalho que exigem competências e qualificações correspondentes. Ao mesmo tempo, os especialistas em formação profissional argumentam haver dificuldades em recrutar treinandos para os programas tecnicamente mais apurados devido a carências de proficiência acadêmica dos candidatos. Além disso, há indícios de haver menos disposição de jovens para os cursos na área tecnológica que para outros campos. Este conjunto de fatos chama atenção para um eventual descompasso entre demandas por qualificações, padrões de escolaridade e aspirações e expectativas educacionais e ocupacionais.

Sumarizando e selecionando algumas das evidências mais relevantes sobre esta evolução recente, a literatura menciona com destaque:

- grandes variações (não homogêneas) na elasticidade produto do emprego – padrões diversos segundo cadeias e concentração setorial (Neves Júnior e Paiva, 2008; Baltar, 2009);
- diferenciais importantes na composição por grupos ocupacionais e na escolaridade dos ocupantes (*overeducation* ou *sheepskin*), nos setores e em estratos (Saboia, 2001; Menezes-Filho e Scorzafave, 2008; Flori, 2008; Evarini, Souza e Maia, 2010);
- aumento de mobilidade intersetorial e ocupacional;
- diversidade nos padrões de criação e destruição, bem como de realocação de emprego, em especial nas pequenas e médias (Corseuil *et al.*, 2002; Silva Júnior e Ribeiro, 2011); e
- divergência entre aumentos de escolaridade e ganhos de qualificação e/ou competências *versus* mudanças efetivas nas estruturas ocupacionais e nos processos de produção.

3 PISTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS EM REDE

A partir dos achados deste conjunto de estudos e pesquisas já seria possível iniciar a construção de uma pauta preliminar de temas ou áreas temáticas que poderiam, a médio prazo, compor um programa de pesquisas sobre mercado de trabalho, estruturas de emprego e educação tal como a seguir:

- a) efeitos combinados de expansão do agronegócio, de alguma desconcentração de investimentos e do crescimento industrial, de novas frentes de expansão do turismo e a nova configuração do mercado nacional (menos arquipélago) como determinantes de variações importantes nos ritmos de crescimento do emprego fora dos eixos metropolitanos tradicionais;
- b) impactos sobre a estrutura de empregos e de ocupações de incrementos de produtividade e competitividade nas principais cadeias produtivas, associados a inovações de produto, de processos e em modelos de negócios;
- c) possibilidades de redução da informalidade contidas nos ritmos, diversificação e inovações em curso no

terciário: tanto naqueles segmentos mais diretamente articulados aos estratos modernos da indústria e ao agronegócio, como nos serviços tradicionais impulsionados pela ascensão de novos contingentes ao mercado;

- d) o que os sistemas educativos precisam fazer para alinhar seus *outputs* aos novos requerimentos das estruturas de emprego (escassez, por vezes, é de pertinência e qualidade destes *outputs*);
- e) mobilidade ocupacional, espacial e setorial da força de trabalho (*lifelong paths*); e
- f) expectativas e aspirações dos jovens quanto a trajetórias educacionais e ocupacionais (notadamente em ciências, tecnologia e engenharias) e perspectivas de vida ativa.

REFERÊNCIAS

- AUTOR, D. H.; KATZ, L. F.; KEARNEY, M. S. The polarization of the U.S. labor market. **American economic review**, v. 96, p. 189-194, 2006. (NBER Working Paper, n. 11.986).
- BALTAR, P. E. A. (Coord.). Estrutura de emprego e renda. In: KUPFER, D.; LAPLANE, M. (Coord.) **Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil** (PIB). Rio de Janeiro: UFRJ; Campinas: UNICAMP, ago. 2009.
- CAMARGO, J. M.; NERI, M.; REIS, M. C. R. **Emprego e produtividade no Brasil na década de noventa**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de Economia, 1999 (Texto para Discussão, n. 405).
- CORSEUIL, C. H. *et al.* **Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 855).
- DEDECCA, C. S. Reorganização econômica, absorção de mão de obra e qualificação. **Revista de economia política**, v. 22, n. 2 (86), abr.-jun. 2002.
- EVARINI, A.; SOUZA, S. C. I.; MAIA, K. Distribuição ocupacional na região Sul do Brasil em 2002 e 2007: estudo a partir das PNADs. **A economia em revista**, v. 18, n. 2, dez. 2010.
- FLORI, P. M. O papel da ocupação no mercado de trabalho: entendendo a variação do emprego. **Informações Fipe**, São Paulo, fev. 2008.
- _____. **Polarização ocupacional?** Entendendo o papel da ocupação no mercado de trabalho brasileiro. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PNAD-2011: primeiras análises sobre o mercado de trabalho no Brasil. **Comunicado Ipea**, Brasília, n. 156, out. 2012.
- KUPFER, D.; FREITAS, F. Análise estrutural da variação do emprego no Brasil entre 1990-2001. **Boletim de conjuntura**, Rio de Janeiro, mar. 2004.
- MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H.; CARVALHO, N. F. **Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.
- MACHADO, L. **Mobilidade ocupacional e incompatibilidade educacional no Brasil metropolitano**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2010.
- MENEZES-FILHO, N.; SCORZAFAVE, L. G. Previsão da oferta e demanda por trabalho no Brasil 2005-2015. In: CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: Cepal/PNUD/OIT, 2008.
- NEVES JÚNIOR, L. F.; PAIVA, L. H. A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de política. In: CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: Cepal/PNUD/OIT, 2008.
- RAMOS, C. A. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jun. 2007.

SABOIA, J. M. Emprego industrial no Brasil – Situação atual e perspectivas para o futuro. **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, número especial, 2001.

SILVA, A.; PERO, V. L. Segmentação do mercado de trabalho e mobilidade de renda entre 2002 e 2007. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 26., **Anais...** Rio de Janeiro, 2008.

SILVA JÚNIOR, G. G.; RIBEIRO, E. P. Criação e destruição de emprego formal no Brasil: características e assimetrias para o período 1998 a 2005. *In*: COELHO, D.; GUSSO, D. A. (Org.). **Impactos tecnológicos sobre a demanda por trabalho no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

SQUEFFE, G. C.; NOGUEIRA, M. O. Produtividade do trabalho e qualidade das ocupações: um breve olhar sobre a última década. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, n. 21, p. 19-29, ago. 2012.

ULYSSEA, G. **Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil**: uma análise empírica. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. (Textos para Discussão, n. 1.261).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, R. La nueva morfología del trabajo en Brasil. Reestructuración y precariedade. **Nueva sociedad**, n. 232, mar-abr. 2011.

BOSCH, M.; GONI, E.; MALONEY, W. **The determinants of rising informality in Brazil**: evidences from gross worker flows, Washington: The World Bank, Oct. 2007 (Policy Research Working Papers, n. 4.375).

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: Ipea, nov. 2007. (Texto para Discussão, n. 1.310).

CARVALHO, M. S. **Absorção de mão-de-obra no setor de serviços brasileiro dos anos 90**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. **Revista de economia política**, v. 21, n. 3, p. 3-26, jul.-set. 2001

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de economia política**, Campinas, v. 24, n. 1, 2004.

_____. Evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de economia política**, Campinas, v. 25, n. 1, 2005.

GONZAGA, G.; MENEZES-FILHO, N.; TERRA, C. **Trade liberalization and the evolution of skill earnings differentials in Brazil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Sept. 2002. (Texto para Discussão, n. 503).

MAIA, K. *et al.* Estrutura de emprego do setor de serviços e comércio no Brasil. **Revista ABET**, v. 10, n. 2, jul.-dez. 2011.

PRADO, A. **Reestruturação produtiva e transformações no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 1997. (Palestra no Ciclo de Estudos Emprego, Desemprego, Subemprego e Informalidade, promovido pela ANFIP).

RAMOS, L.; REIS, J. G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 1997. (Texto para Discussão, n. 468).

REMY, M. A. P. A.; QUEIROZ, S. N.; SILVA FILHO, L. A. **Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008**. Campinas: CESIT/UNICAMP, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_13/abep2010_2589.pdf>.

ROCHA, S.; ALBUQUERQUE, R. C. **A questão do emprego no Brasil (1996-2004)**. Rio de Janeiro: INAE-FORUM NACIONAL, 2006. (Versão Preliminar).

SABOIA, J. (Coord.). Tendências da qualificação da força de trabalho. *In*: KUPFER, D.; LAPLANE, M. (Coord.) **Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil (PIB)**. Rio de Janeiro: UFRJ; Campinas: UNICAMP, ago. 2009.

SILVA, R. A. **Evolução recente do terciário (serviços) no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. SOUSA, R. A. F.; NASCIMENTO, P. A. M. Ocupações técnico-científicas no setor de telecomunicações: considerações sobre sua intensidade e sobre a oferta de mão de obra qualificada. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, n. 15, p. 47-56, ago. 2011.

SOUSA, R. A. F.; NASCIMENTO, P. A. M. Ocupações técnico-científico no setor de telecomunicações: considerações sobre sua intensidade e sobre a oferta de mão de obra qualificada. **Radar**: tecnologia, produção e comércio exterior, Brasília, n. 15, p. 47-56, ago. 2011.

_____. **Perfil e dinâmica do emprego em telecomunicações no Brasil entre 1998 e 2011**. Brasília: Ipea, ago. 2012. (Texto para Discussão, n. 1.761).

TANURI-PIANTO, M. E.; PIANTO, D. Relação entre o crescimento do produto, emprego e desenvolvimento humano no Brasil: 1985-2005. *In*: CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: Cepal/PNUD/OIT, 2008.